

Pimenta quer impedir demissões

Nascido em encontros do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que reuniu parlamentares, sindicalistas, assessores governamentais e advogados especializados, ainda antes do Plano de Estabilização Econômica, o projeto apresentado pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, proíbe a demissão imotivada do trabalhador, prevenindo que qualquer demissão deva ser assistida pelo sindicato ou na falta deste, por autoridade do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho, Defensor Público ou Juiz de Paz.

No caso da não aceitação do motivo alegado pelo empregador para a demissão, o projeto prevê que a reintegração do empregado se dê através de ação judicial trabalhista, e sua não-cumprimento implicará em multa.

O projeto, de número 5967/85, foi para o final da pauta de votação e ficou esquecido durante vários meses. Há pouco tempo, ocupando o 225º lugar da pauta, recebeu assinaturas de todos os líderes do Congresso para a tramitação em regime de urgência, menos uma, por paradoxal que

possa parecer: a de seu próprio autor, deputado Pimenta da Veiga, que alegou estar sofrendo pressões.

Na última sexta-feira, Pimenta da Veiga anunciou que o projeto seria encaminhado a plenário no próximo dia 20, dizendo em seguida que irá propor três alterações no texto: a lei não se aplicará às microempresas; os trabalhadores contratados com prazo determinado terão estabilidade apenas dentro do prazo contratual; e todas as empresas poderão demitir seus empregados se comprovadamente tiverem problemas econômicos ou técnicos.

Para o deputado Djalma Bessa, do PFL, o projeto deverá contar com o apoio de sua bancada uma vez que "não proíbe todas e quaisquer demissões, mas apenas as demissões arbitrárias". Explicando sua posição, disse: "Afinal, se não fosse assim, os prejuízos ao setor produtivo seriam grandes demais".

O primeiro vice-líder do PDS na Câmara, deputado Bonifácio de Andrada, por sua vez, limitou-se a dizer que a bancada pretende estudar mais a fundo o proje-

to, inclusive as reformulações propostas por Pimenta da Veiga".

O PT, que antes das novas propostas do líder Pimenta da Veiga considerava ser o projeto "o primeiro passo dos trabalhadores em sua luta pela estabilidade", conforme afirmações do vice-líder na Câmara, Eduardo Suplicy, afirmou, no entanto, que as novas incorporações dão muito espaço a interpretações subjetivas, principalmente a de que as demissões serão aceitáveis caso comprovada a situação difícil da empresa. Neste sentido, o PT pretende estudar mais detalhadamente a nova forma do projeto e algumas emendas a serem apresentadas.

O próprio Pimenta da Veiga reconhece que o projeto não exclui a possibilidade de dúbia interpretação, mas afirma que "outros projetos", mais perfeitos, virão à medida em que forem aparecendo lacunas". Segundo previsão do deputado, o projeto entra em pauta na terça-feira, dia 20, retornando às comissões na quarta-feira, e novamente a plenário, para ser votado, na quinta-feira, dia 22.